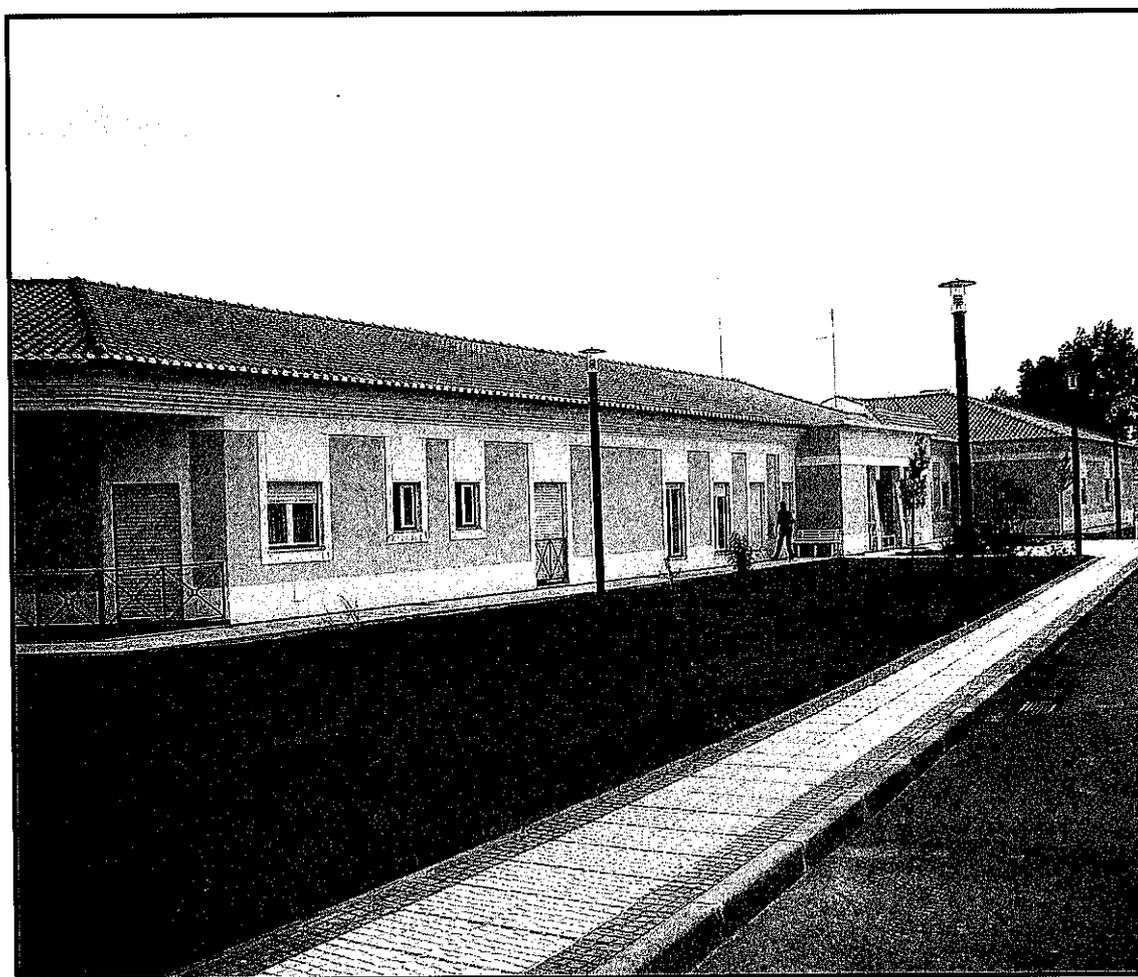


**CENTRO SOCIAL ADRIANO ROVISCO DOS
SANTOS**

RELATÓRIO E CONTAS 2015



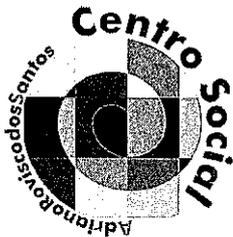


[Handwritten signatures and initials]

INDICE

Página

• <i>Relatório de Gestão</i> -----	3
• <i>Análise da Situação Económica e Financeira</i> -----	5
• <i>Mapa de Frequências de Utentes por Valência</i> -----	9
• <i>Mapa de Investimentos em Ativo Fixo</i> -----	10
• <i>Endividamento e Disponibilidades</i> -----	11
• <i>Balanço Analítico</i> -----	12
• <i>Demonstração de Resultados</i> -----	13
• <i>Anexo</i> -----	14
• <i>Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</i> -----	30



[Handwritten signatures and initials]

RELATÓRIO E CONTAS DE 2015

Introdução

De acordo com as disposições legais e estatutárias, vem a direcção submeter á apreciação e votação da Assembleia-Geral o Relatório e Contas do exercício de 2015.

Daqueles normativos infere-se um princípio de unidade institucional, conferindo á Direcção um estatuto de representatividade dos restantes Órgãos da Instituição, com excepção do Conselho Fiscal que, atenta a sua função e especificidade, tem a incumbência de relatar a sua missão fiscalizadora e emitir o parecer sobre o relatório e contas elaborado pela Direcção.

Quem assumiu a responsabilidade de gerir, presta contas aos membros da sua gestão, para que assim estes avaliem em que medida os seus interesses foram ou não realizados.

Deste modo pretendemos com este documento reflectir a actividade da nossa Instituição, bem como sintetizar alguns aspectos da actuação da mesma durante o exercício de 2015.

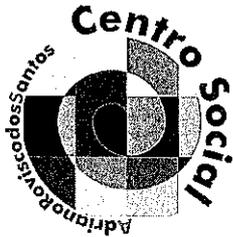
O Centro Social Adriano Rovisco dos Santos é uma Instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos que tem por objetivo contribuir para a promoção social, bem-estar e melhoria da qualidade de vida da população da localidade de Casa Branca, através da prestação de serviços á terceira idade e reformados, com alojamento, alimentação, ocupação, convívio e assistência médica.

Atualmente o Centro Social Adriano Rovisco dos Santos, possui quatro respostas sociais: Centro de Dia, com acordo com o Instituto de Segurança Social para 13 utentes, Apoio Domiciliário com acordo para 17 utentes, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas com acordo para 39 utentes, e Centro de Convívio com acordo com o Instituto de Segurança Social para 26 utentes.

Acresce ainda o acordo para o fornecimento de refeições, através da cantina social, para 35 utentes.

As maiores dificuldades com que a Instituição se debate estão relacionadas com a falta de verbas necessárias para a execução dos projetos que a Instituição gostaria de concretizar.

No entanto, e apesar das dificuldades, no ano passado, ou seja, em 2014, deu-se inicio á construção das Residências Seniores, projeto que a instituição á muito perseguia, e que finalmente conseguiu iniciar. Assim, com a dificuldade na obtenção de financiamento publico, iniciou-se a construção de apenas uma residência, que é constituída por quatro apartamentos, com tipologia 1, a qual tem sido financiada através meios libertos pela Instituição.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Este ano, espera-se que os apartamentos fiquem concluídos e licenciados, para assim podermos disponibilizar mais este serviço aos utentes que deles pretendam usufruir.

Não obstante a dificuldade que a Instituição tem enfrentado com a construção dos referidos apartamentos, a atividade operacional decorreu com normalidade, não existindo fatos extraordinários dignos de destaque.

Assim, e apesar dos enormes esforços dispendidos para prestar os melhores serviços aos nossos utentes, a Instituição mostrou-se auto-suficiente para suprir as suas necessidades de tesouraria, não tendo recorrido a qualquer financiamento bancário.

O Resultado Líquido deste exercício saldou-se num prejuízo de 14.115,74 (catorze mil cento e quinze euros e setenta e quatro cêntimos), que propomos seja transferido para resultados transitados.

O nosso relato é orientado com preocupações de verdade e transparência, sem menosprezar a necessidade de compreensão do que é a vida do dia-a-dia de uma Instituição desta natureza. O que fizemos fizemo-lo na convicção de que era o melhor quer para os nossos utentes, quer para os nossos colaboradores.



[Handwritten signatures and initials]

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

ANÁLISE ECONÓMICA:

Gastos e Perdas

Os gastos totais registados pela Instituição em 2015 totalizaram 574.145,07 €, registando-se assim um aumento percentual de 0,17 % relativamente ao ano anterior, o que se traduz num incremento de gastos no montante de 988,19€.

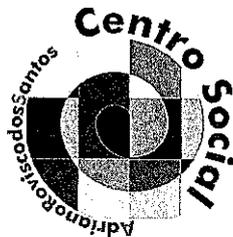
Assim se verifica o resultado do esforço de contenção nos gastos fixos, imposto pela Direção. É exemplo desse esforço o consumo de géneros alimentares que apresenta um incremento de apenas 974,78€. No entanto, não é alheio a este fato a dedução de 50% do valor de iva incluído nos géneros alimentares, e que ascendeu a 4.703,30€. Importa também salientar que se verificou um aumento do número de frequências de utentes na resposta social de apoio domiciliário, numa média mensal de três e de um na cantina social.

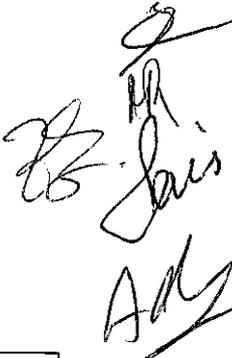
A rubrica de fornecimentos e serviços externos decresce em 4.725,69€ quando comparado com o anterior período homólogo. É decisiva para esta diminuição a rubrica de conservação e reparação que diminuiu 11.943,04€ comparativamente com o ano passado. Justifica este fato as reparações excepcionais verificadas em 2014, nas viaturas da instituição, incluindo a aquisição de um novo motor para Renault Master. O decréscimo nesta rubrica compensa o aumento nas rubricas de combustíveis.

O aumento nos gastos com o pessoal resultam por um lado, do aumento das remunerações ao abrigo da atualização da convenção coletiva de trabalho que ocorreu no mês de Outubro, com o conseqüente pagamento de retroativos e demais encargos inerentes, ao início no mês de Novembro de um estágio profissional, financiado pelo IEFPP, e ainda do aumento anual do encargo com a taxa contributiva para a social única em 0,40%.

A rubrica de Depreciações e Amortizações sofre um decréscimo de 7.217,23 euros, resultante do fato de ter findado em 2014 a vida útil de alguns ativos fixos tangíveis.

A estrutura de “Gastos” detalha-se como segue:




 Adão José dos Santos

GASTOS	2015		2014		Variação dos Anos
Custo das Merc. Vendidas e Matérias Consumidas					
Gêneros Alimentares	113.141,33		112.166,55		
Outros	0,00	113.141,33	0,00	112.166,55	974,78
Fornecimentos e Serviços Externos					
Trabalhos Especializados	6.191,32		5.226,63		964,69
Honorários	0,00		0,00		0,00
Conservação e Reparação	10.266,28		22.209,32		-11.943,04
Ferramentas e Utensílios	3.956,09		2.958,75		997,34
Material de Escritório	2.129,61		1.993,77		135,84
Artigos para Oferta	575,64		2.191,29		-1.615,65
Outros Materiais	541,71		270,45		271,26
Eletricidade	23.278,63		20.083,82		3.194,81
Combustíveis_Gasoleo	7.348,49		5.668,31		1.680,18
Combustíveis_Gas	13.682,68		11.981,43		1.701,25
Água	224,01		274,78		-50,77
Deslocações e Estadas	86,50		84,00		2,50
Rendas e Alugueres	94,12		0,00		94,12
Comunicação	2.818,29		2.673,71		144,58
Seguros	1.674,53		1.733,39		-58,86
Limpeza,Higiene e Conforto	21.509,24		20.890,37		618,87
Outros Serviços	800,38		747,80		52,58
Jornais e revistas	1.444,40		1.431,02		13,38
	51,55		2.144,08		-2.092,53
Máquina do Café_Produtos	799,45		619,97		179,48
Trabalhos Manuais	2.542,15		1.557,87		984,28
		100.015,07		104.740,76	-4.725,69
Gastos com o Pessoal					
Remunerações	254.713,13		244.867,67		9.845,46
Encargos sobre Remunerações	53.847,69		51.833,80		2.013,89
Outros Gastos com o Pessoal	744,50		1.164,50		-420,00
Seguros de Acidentes de Trabalho	1.820,42		1.590,12		230,30
		311.125,74		299.456,09	11.669,65
Gastos de Depreciação e Amortização	48.874,00	48.874,00	56.091,23	56.091,23	-7.217,23
Outros Gastos e Perdas					
Outros Gastos e Perdas	988,93		702,25		286,68
		988,93		702,25	286,68
Gastos e Perdas de Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		574.145,07		573.156,88	988,19



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Rendimentos e Ganhos

Em termos de rendimentos, verifica-se um acréscimo percentual de 0.52% comparativamente com o ano anterior, tendo esta rubrica totalizado 560.029,33 euros, apresentando assim mais 2.891,12 euros que no exercício de 2014.

Na estrutura de rendimentos destacam-se as mensalidades de utentes que apresentam um acréscimo significativo resultante principalmente de uma maior frequência de utentes na Valência de apoio domiciliário, numa média de três por mês.

A rubrica de participações da Segurança Social diminuiu comparativamente com o ano anterior no montante de 11.252,11. Este decréscimo está relacionado com o fato de no ano de 2014, a instituição ter recebido as participações das vagas de lar da responsabilidade do instituto da segurança social, referentes ao período de 2013. O ano de 2013 foi pago na totalidade em 2014, assim como três trimestres referentes do próprio 2014. Em 2015, desta participação foi recebido o quarto trimestre de 2014 e os meses de Janeiro a Agosto de 2015.

Os acordos com as respostas sociais de estrutura residencial para idosos, centro de convívio, centro de dia e apoio domiciliário, não sofreram alterações, e as vagas disponíveis para as mesmas estiveram totalmente ocupadas durante todo o ano. O atualização percentual das participações para o exercício de 2015 foi de 1,1%.

Existe ainda a salientar que a rubrica de juros e outros rendimentos decresce em 3.909,72. Este fato é justificado pela utilização da totalidade dos depósitos a prazo para financiamento das residências seniores.

As restantes rubricas de rendimentos apresentam valores normais, não existindo situações extraordinárias a destacar.

Em 31 de Dezembro a estrutura de “ Rendimentos e Ganhos” detalha-se da seguinte forma:



B. J. Pin
Ad.

<i>RENDIMENTOS</i>	<i>2015</i>		<i>2014</i>		<i>Variação dos Anos</i>
<i>Prestação de Serviços</i>					
Mensalidades de Utentes	239.187,94		223.791,87		15.396,07
Quotas e Joias	6.253,38		6.535,38		-282,00
		245.441,32		230.327,25	15.114,07
<i>Subsídios a Exploração</i>					
Centro Regional de Segurança Social	277.689,62		288.941,73		-11.252,11
Município de Sousel	386,62		154,65		231,97
IEFP	2.309,85		841,25		1.468,60
Donativos	6.688,84		4.251,06		2.437,78
		287.074,93		294.188,69	-7.113,76
<i>Outros Rendimentos e Ganhos</i>					
Rendimentos Suplementares (Festas, máquina do café e descontos p.p)	6.742,50		3.824,14		2.918,36
Imputação de subsídios ao investimento	20.557,32		24.674,55		-4.117,23
Outros Rendimentos e Ganhos	0,00	27.299,82	0,60	28.499,29	-1.199,47
<i>Juros e Outros Rend. Similares</i>		213,26		4.122,98	-3.909,72
TOTAL		560.029,33		557.138,21	2.891,12

Resultado líquido do período

Gastos e Perdas	574.145,07
Rendimentos e Ganhos	560.029,33
R.L.E.	-14.115,74

<i>Meios Libertos Líquidos</i>	
R.L.E.	-14.115,74
Subsidio Investimento	20.557,32
Amortizações	48.874,00
TOTAL	14.200,94



23
[Handwritten signature]
AM

FREQUÊNCIA MÉDIA POR RESPOSTA SOCIAL

Resposta social	Frequência média_2015	Frequência média_2014	Varição_2014_2013
LAR	39	39	0
CENTRO DE DIA	13	13	0
APOIO DOMICILIÁRIO	22	19	+3
CENTRO DE CONVIVIO	26	26	0
TOTAL	100	97	+3

ACORDOS DE COOPERAÇÃO EM VIGOR A 31/12/2015

Resposta Social	Acordos de cooperação em vigor á data do relato
LAR	39
CENTRO DE DIA	13
APOIO DOMICILIÁRIO	17
CENTRO DE CONVIVIO	26
TOTAL	95



Handwritten signatures and initials:
ZSPM
Luis
AMZ

ANÁLISE FINANCEIRA:

INVESTIMENTOS

Os investimentos em activo fixo tangível efectuados pela Instituição totalizaram 3.896,05 euros conforme se detalha no quadro seguinte:

Equipamento	Valor de Aquisição
Maquina de passar a ferro battistella	3.495,52
TOTAL	3.495,52

Morada Unifamiliar activo tangível em curso 31/12/2015	Valor de Aquisição
Morada Unifamiliar- 4 apartamentos T1	158.702,45
TOTAL	158.702,45

Nota: Montante gasto com o investimento nos apartamentos e equipamentos á data de 31/12/2015, após dedução do valor de iva permitido por lei.

[Handwritten signatures and initials]

Endividamento e Disponibilidades

ENDIVIDAMENTO

		2015	2014
		Dezembro	Dezembro
Endividamento para o Centro Social			
	Utentes c/c	0,00	395,06
	Município de Sousel_Subsídio	3.810,90	8.886,08
	Sector publico Administrativo_iva a reembolsar	6.364,62	7.380,33
	Outros Devedores_IEFP_Seg_Social	2.505,00	2.325,00
	Adiantamentos a fornecedores	4.504,00	3.184,45
		17.184,52	22.170,92
Endividamento do Centro Social			
	Fornecedores c/c	15.776,78	16.126,19
	Fornecedores de imobilizado	17.837,50	34.748,37
	Utentes com adiantamentos	5.756,79	4.994,36
	Sector publico Administrativo	7.337,76	7.211,58
		0,00	0,00
		46.708,83	63.080,50
	SALDO ENDIVIDAMENTO	-29.524,31	-40.909,58

DISPONIBILIDADES

		2015	2014
		Dezembro	Dezembro
	Disponibilidades		
11	Caixa	42,87	41,16
12	Deposito á ordem	32.983,41	9.564,48
13	Deposito a Prazo	0,00	120.000,00
		33.026,28	129.605,64



[Handwritten signatures]

Demonstrações Financeiras: Balanço Analítico

Centro Social Adriano Rovisco dos Santos
BALANÇO EM 31 De Dezembro de 2015

UNIDADE MONETARIA (1)

Rubricas	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2.1/5	1.132.938,60	1.081.813,67
Bens do patrimonio histórico e artistico e cultural			
Propriedades de Investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Accionistas/sócios			
		1.132.938,60	1.081.813,67
Activo Corrente			
Inventários	9	3.878,33	3.958,07
Utentes	17.3	0,00	395,06
Adiantamentos a fornecedores		4.504,00	3.184,45
Estados e outros entes públicos	17.10	6.364,62	7.380,33
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	17.4	61.328,63	70.134,26
Diferimentos	17.5	7.142,47	8.736,35
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	17.7	33.026,28	129.605,64
		116.244,33	223.394,16
Total do activo		1.249.182,93	1.305.207,83
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	74.101,17	74.101,17
Excedentes técnicos			
Reservas			
Outras reservas			
Resultados transitados	17.8	531.919,99	548.225,28
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	561.608,03	582.165,35
		1.167.629,19	1.204.491,80
Resultado líquido do período		-14.115,74	-16.305,29
Total do fundo social		1.153.513,45	1.188.186,51
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	15.776,78	19.310,64
Adiantamentos de utentes		5.756,79	4.994,36
Estado e outros entes públicos	17.10	7.337,76	7.211,58
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	17.11	66.798,15	85.504,74
Diferimentos			
Outros passivos financeiros			
		95.669,48	117.021,32
Total do passivo		95.669,48	117.021,32
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.249.182,93	1.305.207,83

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O contabilista Certificado

A Direcção
 João Paulo
 Adriano Rovisco dos Santos
 João Paulo
 Adriano Rovisco dos Santos
 Adriano Rovisco dos Santos



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Demonstração de Resultados por Naturezas



[Handwritten signature]

CENTRO SOCIAL ADRIANO ROVISCO DOS SANTOS

**Anexo
31 De Dezembro de 2015**



Handwritten signatures and initials, including 'Adriano' and 'A.R.'.

1 Identificação da Entidade

A “Centro Social Adriano Rovisco dos Santos” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “ Associação” com sede em COURELA DOS PADRES TRAVESSA DAS ROSEIRAS Nº2, 7470-141 Casa Branca. Tem como actividade principal dar assistência e apoio a pessoas idosas.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer. Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6
Outros Activos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.



[Handwritten signature]

3.2.6 Inventários

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.



[Handwritten signatures and initials]

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

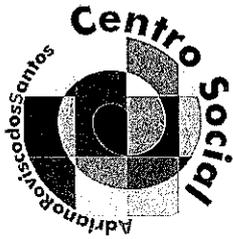
Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos



[Handwritten signatures]

estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

5 Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	2015				Saldo final
		Aquisições / Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	40.638,39					40.638,39
Edifícios e outras construções	1.195.609,06					1.195.609,06
Equipamento básico	226.151,89	3.495,52	2.684,53			226.962,88
Equipamento de transporte	83.663,93					83.663,93
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	137.362,94					137.362,94
Outros Activos fixos tangíveis	68.829,78					68.829,78
Investimentos em Curso	62.198,91	96.503,54				158.702,45
Total	1.814.454,91	99.999,06	2.684,53	0,00	0,00	1.911.769,43
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	282.001,96	27.929,45				309.931,41
Equipamento básico	212.488,39	4.859,73	2.684,53			214.663,59
Equipamento de transporte	78.577,89	5.085,91		+0,13		83.663,93
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	113.912,09	336,29				114.248,38
Outros Activos fixos tangíveis	45.659,26	10.662,62				56.323,52
Total	732.641,23	48.874,00	2.684,53	+0,13	0,00	778.830,83



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2014				2015		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.188,49	111.936,13	0,00	3.958,07	113.061,59	0,00	3.878,33
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	4.188,49	111.936,13	0,00	3.958,07	113.061,59	0,00	3.878,33
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				112.116,55			113.141,33
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Mensalidades de utilizadores	239.187,94	223.791,87
Quotas e jónias	6.253,38	6.101,38
Promoções para captação de recursos	6.742,50	3.824,14
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	6.688,54	4.251,06
Juros	213,26	4.122,98
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	259.085,62	242.091,43

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2015 e 2014, foi de 5. O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de 26 e em 31/12/2015 foi de "26".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	254.713,13	244.867,67
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	53.847,69	51.833,80
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.820,42	1.590,12
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	744,50	1.164,50
Total	311.125,74	299.456,09

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	365,06
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	0,00	365,06

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	54.893,99	54.893,99
Devedores por acréscimos de rendimentos (juros credores: 3.472,57)	0,00	3.472,57
Outros Devedores (devedores diversos: 118,74; Instituto de segurança social: 2.505,00 e Camara Municipal de Sousel: 3.810,90)	6.434,64	11.767,70
Outras Operações com o Pessoal	0,00	0,00
Total	61.328,63	70.134,26



Handwritten signature and initials in the top right corner.

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
Prémios de Seguro Antecipados	1.859,41	1.408,05
Inventário de Gás	0,00	877,00
Inventário de Produtos de Limpeza	482,90	451,09
Pintura do edifício_2012-2019	4.800,16	6.000,21
Total	7.142,47	8.736,35
Rendimentos a Reconhecer		
	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	42,87	41,16
Depósitos à ordem	32.983,41	9.564,48
Depósitos a prazo	0,00	120.000,00
Outros		
Total	33.026,28	129.605,64

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	74.101,17	0,00	0,00	74.101,17
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	548.225,28	0,00	16.305,29	531.919,99
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	582.165,35	0,00	20.557,32	561.608,03
Total	1.204.491,80	0,00	36.862,61	1.167.629,19

* Corresponde a aplicação do Resultado Líquido negativo do período de 2014, no montante de 16.305,29.



23.10.2015
Adriano Correia Santos

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	15.776,78	19.310,64
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	15.776,78	19.310,64

As dívidas a fornecedores correspondem a operações correntes da instituição, não existem situações em mora.

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6.364,62	7.380,33
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	6.364,62	7.380,33
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.181,00	1.347,00
Segurança Social	6.156,76	5.864,58
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Penhora de Vencimento	0,00	0,00
Total	7.337,76	7.211,58

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	17.151,43	33.459,34
Materiais	12.040,60	7.143,81
Energia e fluidos	44.640,36	38.008,34
Deslocações, estadas e transportes	86,50	525,70
Serviços diversos	26.096,18	25.603,57
Total	100.015,07	104.740,76

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	5.582,42	3.026,82
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.160,08	797,32
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	20.557,32	24.675,15
Total	27.299,82	28.499,29

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	43,45	43,45
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	945,48	658,80
Total	988,93	702,25



17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	213,26	4.122,98
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	213,26	4.122,98
Resultados Financeiros	213,26	4.122,98

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

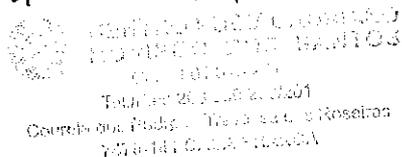
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

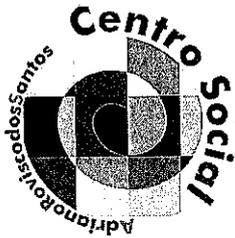
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Casa Branca, 31 de Dezembro de 2015

O Contabilista Certificado

A Direção





Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Nos termos da Lei e dos Estatutos, cumpre-nos apresentar sucinto relatório sobre a actividade fiscalizadora que exercemos no Centro Social Adriano Rovisco dos Santos, com vista a fundamentar o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas, apresentados pela Direcção, relativos a 2015.

Assim, no exercício das suas atribuições e competências, o Conselho Fiscal, acompanhou a actividade da Instituição mantendo com a Direcção e os Serviços um diálogo permanente com vista ao cabal esclarecimento das actividades, dos documentos de suporte e dos respectivos registos contabilísticos. Por seu lado, os critérios e políticas adoptados pela Direcção na preparação das Demonstrações Financeiras estão sujeitas às particularidades da Instituição. É nossa opinião que os mesmos estão conforme as disposições legais e técnicas vigentes e sustentam adequadamente o Balanço, a Demonstração de Resultados por natureza e o respectivo anexo.

É da responsabilidade da Direcção a preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Instituição e o resultado das suas operações.

Verificamos que não existiu recurso a financiamento externo.

Deste modo apraz-nos dizer que as demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados a Instituição e satisfazem as disposições estatutárias.

Nestes termos somos de

Parecer

1. *Que sejam aprovados o Relatório, o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas e o Anexo, apresentados pela Direcção, relativos ao Exercício de 2015.*
2. *Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.*

O Conselho Fiscal

José Henrique
Sebastião
José Gilio Rovisco Guerra